

**ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL  
DO DISCURSO (ASCD)<sup>52</sup>:  
ECONOMIA, GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE EM REVISTA**

*Silvio Luís da Silva* (UFRN/UnP)  
silviodasilva@uol.com.br

Há muito se discute a relação que se estabelece entre a produção da notícia e a (re)produção de identidades e de sujeitos sociais. As pesquisas a respeito do discurso midiático trouxeram muitas informações que passaram a questionar a “imparcialidade” do jornalismo informativo e suscitaram estudos para se compreender como a produção da informação *per se*, auxiliada pelas escolhas do aparato léxico e gramatical disponibilizado aos produtores da notícia, pode promover a realização de mudanças sociais e o estabelecimento de novas concepções a respeito do discurso e das ações sociais dele decorrentes.

Na busca de uma compreensão de como essas mudanças sociais operam, os estudos em análise crítica do discurso (ACD) têm se debruçado sobre a questão não apenas na (re)produção da informação e da notícia, mas na produção de toda e qualquer comunicação por meio do discurso, uma vez que a utilização do discurso é uma forma de se expressar impressões do mundo e dos sujeitos sociais que são representados no e pelo texto. Nesse sentido,

um dos efeitos causais dos textos, que tem se tornado uma preocupação central para a análise crítica de discurso, são os efeitos ideológicos – os efeitos dos textos em propor e sustentar ou até mesmo mudar ideologias (FAIRCLOUGH, 2003, p. 13 – TN)

Na mesma vertente, e também preocupada com as questões que levam os sujeitos sociais a se instarem como sujeitos discursivos para promover mudanças sociais, neste trabalho, a abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD), iniciada nos estudos da Profa. Cleide Emília Faye Pedrosa, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, nos auxiliam a compreender como as revistas *Época*, *Carta Capital*, *Exame* e *Foco Nordeste*, enxergam uma atitude pontual na história recente da luta contra a violência e às drogas no Brasil: A a-

---

<sup>52</sup> Para conhecer mais textos sobre ASCD, visite, a partir de 20 de agosto de 2012, o site [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br). Também postamos artigos de pesquisadores que trabalham com ACD (ADC).

ção do governo de São Paulo na Cracolândia (região central da capital paulista), e a sua relação com os sujeitos sociais e com as implicações ideológicas decorrentes da (re)produção do imaginário popular para um dado da realidade: a desocupação da área.

Amplamente divulgada pela mídia nacional, a ação trata da deflagração da “Operação Centro Legal”, realizada no dia 03 de janeiro de 2012, cujo objetivo é acabar com o consumo e tráfico de drogas na região, especialmente o crack, um problema que o local enfrenta há cerca de 20 anos. Neste trabalho, a divulgação da notícia pelas revistas e a posterior publicação de colonistas que dão a sua “opinião” sobre o caso nos faz buscar elementos constitutivos de relações de poder instados no texto e refletem e refratam os sujeitos sociais definidos discursivamente na e pela notícia.

Para que possamos estabelecer os parâmetros de nossa discussão, a primeira definição que deixamos clara é a compreensão de que a ACD é aqui vista como uma disciplina que realiza análises que explicam as relações estruturais, veladas ou não, de dominação, controle, poder e discriminação e na forma como essas relações se manifestam na e pela linguagem (WODAK, 2003). Portanto, nesta perspectiva, defendemos que a linguagem é um meio de dominação e de estabelecimento de forças sociais que servem para a legitimação das relações de poder cultural e socialmente instadas nas sociedades modernas, sem, contudo, entendemos que essa relação de poder tenha caráter negativo ou positivo, pois, para nós as relações assimétricas de poder são indispensáveis para a manutenção de quaisquer sociedades, justas ou injustas.

A segunda definição importante para nossa análise é a compreensão de que

o sujeito é resultado de sua prática de relações sociais, e não uma essência do homem e, acima de tudo, [...] se constrói discursivamente quando assume a linguagem nesta constante relação linguagem-sociedade, mediada por todo um trabalho cognitivo sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo (PE-DROSA, 2012)

A terceira e última definição que direciona esta proposta é a compreensão de que as relações dos sujeitos com os textos que produzem, especialmente em razão da teoria modernista – que “tem se fixado na centralidade econômica e cultural dos sinais independentes de lugares materiais específicos e circulado através de limites do espaço e do tempo” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 3 – TN), não são simétricas ou constantes, pois a cada momento social o sujeito seleciona

formas distintas de atuação, pois ser sujeito social implica ser capaz de atuar sobre a sua produção e sobre si mesmo, construindo uma identidade pessoal naquele momento específico, com fins específicos. Reside nessa concepção a nossa alegação inicial de que as relações sociais são idiossincraticamente assimétricas, já que os sujeitos sociais intercalam relações em posições favoráveis e desfavoráveis, constantemente.

Isto posto, e conscientes de que “o objeto de estudo para a ciência social é a vida social, e uma questão importante, particularmente na ciência social crítica, é a relação entre as esferas da vida e da atividade sociais, o econômico, o político e o cultural” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 20 – TN), passemos a entender como a mídia insta-se como produtora de significados e de agente para a mudança da estrutura social.

A revista Foco Nordeste, sequer tocou no assunto durante o primeiro trimestre de 2012, o que já nos indica a despreocupação com o fato e, também, um esquecimento da revista do mote das últimas eleições no estado, em que o uso do *crack* foi abordado à exaustão, sem que os candidatos apontassem soluções plausíveis para o assunto. Na oportunidade, o problema foi apresentado como se pudesse ser enfrentado com as mesmas receitas historicamente ineficientes como o aumento da repressão e o encarceramento dos usuários.

Entretanto, como

em relação aos conteúdos, tomando especificamente o caso das mídias jornalísticas, pode-se perceber o surgimento parcial de uma agenda global de notícias, cuja cobertura depende de um recurso comum de agências de notícias, reportagens e filmes, direcionado a um crescente público global, que produz representações e significados globalizados acerca de eventos específicos (FAIRCLOUGH, 2006, p. 86, TN).

A capa da revista do mês de fevereiro trouxe um ranking da violência no nordeste, numa associação à necessidade de ações do Estado para o problema, provavelmente em razão da estreita relação feita entre o uso de drogas e a violência. A reportagem exclui a capital potiguar do cenário crítico e informa o leitor de que “apesar do aumento dos índices de criminalidade em sua região metropolitana, ainda pode ser considerada uma capital de menor violência que seus vizinhos de mau exemplo como Recife, Fortaleza e João Pessoa” (FOCO NORDESTE, p. 25).

## ***Manchetes em análise***

Conscientes de que a “ACD se interessa pelos modos em que se utilizam as formas linguísticas em diversas expressões e manipulações do poder” (WODAK, 2003, p. 31 – TN) e de que o poder não existe apenas na linguagem, mas na materialização linguística de uma ideologia do sujeito social, precisamos estabelecer como as revistas instauram esses sujeitos na produção de significados. Passemos, então, a verificar os porquês de todas as outras revistas analisadas se voltaram para o problema. Primeiramente, vejamos os títulos das manchetes:

*Carta Capital*: À base de “dor e sofrimento”

*Época*: Aonde quer chegar a ação na Cracolândia?

*Exame*: Estratégia na Cracolândia é vencer pelo cansaço

A primeira, *Carta Capital*, se institui notícia pela voz dos sujeitos reprimidos, os usuários, para quem há “dor e sofrimento” na ação, ou seja, a revista se engaja na ação e toma para si o papel do sujeito oprimido, estabelecendo uma relação de cumplicidade e solidariedade, o que faz com que o leitor se filie a esses sentimentos, dada a tônica dos termos linguísticos escolhidos.

A segunda, *Época*, institui um sujeito questionador, marcado pela interrogação, e focaliza a notícia na atitude, na “ação na Cracolândia”. Aqui, como se sabe que a ação trata de uma iniciativa do Estado, o poder-Estado é questionado, com o que se institui uma crítica à capacidade Estatal da manutenção da ordem. As premissas do enunciado se filiam ao leitor ao cidadão.

A terceira, *Exame*, filia-se à base lógica de sua própria existência, pois, por se tratar de uma revista voltada às questões econômicas e para a gestão financeira da sociedade, estabelece com o leitor uma relação exatamente filiada à proposta de gerenciamento. A escolha linguística da palavra “estratégia” dá a tônica ao texto e, também o objetivo a ser alcançado ao se instituir uma estratégia: “vencer” se põe como tônica textual. O sujeito que se apresenta, então, é um sujeito estrategista, que se articula socialmente para produzir significados e alcançar metas.

Em cada um dos títulos, temos um sujeito social instado diferentemente. Cada sujeito do discurso assume uma postura diante do fato e, nas suas escolhas, se postula como um determinado tipo de sujeito que se constrói na e pela linguagem. Wodak (2003) nos lembra que o poder não existe na linguagem por si, mas se constitui via sujeito, o que, em nosso

caso, se dá pelos veículos midiáticos, as revistas, per se e o papel que representam em nossa sociedade. Evidentemente, os sujeitos buscam essas possibilidades discursivas nas entrelinhas da língua, do sistema linguístico que lhe é oferecido/disponibilizado pela sociedade em que se insere e, para tanto, precisa enxergar o aparato linguístico disponível sob uma ótica funcional e sistêmica.

O primeiro aspecto, o de ser a linguagem “funcional” se dá porque esse sujeito precisa compreender que a linguagem é organizada segundo planos de operacionalização de intenções e, portanto, em múltiplos planos que são determinados por escolhas (conscientes e inconscientes) do usuário e, ainda, precisa estar ciente de que uma escolha em determinado plano determina as escolhas do plano seguinte.

O segundo, de ser a linguagem sistêmica, dá-se em razão de o aparato lexical e gramatical (ou seja, a língua enquanto sistema organizado de formas linguísticas especialmente verbais) serem um conjunto de sistemas e de significados que oferece aos usuários a possibilidade de escolher como querem – ou precisam ou são obrigados a – expressar significado. Uma vez instaurado essa escolha, os textos passam a ser ferramentas de controle e de manipulação, posto que expressam por meio de sua estrutura e significado, conceitos, concepções, perspectivas e visões de mundo particulares, mas regidos por um parâmetro ao qual se filiam (ou não): as hegemonias. Sim, falamos de hegemonias, porque não há uma hegemonia, única e irrestrita, há – na verdade – várias hegemonias que se inter-relacionam, ora confluentes, ora divergentes. Todas, porém, são formas de poder que se instalam no seio da sociedade e se tornam poderes-hegemônicos. O poder-hegemonia, ao contrário dos outros, é aquele de que se valem todos os sujeitos sociais de acordo com seus interesses particulares ou coletivos e, por isso, pode ser compreendido como um poder que circula na sociedade sem vínculos com instituições específicas ou indivíduos específicos.

A hegemonia é a capacidade de uma coletividade – que se apelida de bando, clã, tribo, feudo, cidade, nação, união ou império –, de impor seus interesses aos membros de outra comunidade. O desafio deste constrangimento é a defesa de seus recursos territoriais e a conquista dos outros. Por “recursos territoriais” não entendemos somente o espaço, mas evidentemente tudo o que ele representa: uma posição geopolítica mais ou menos estratégica, riquezas naturais, humanas, técnicas, culturais, econômicas, uma força militar etc. (BAJOIT, 2006, p. 62).

São os grupos hegemônicos que se juntam e reproduzem valores sociais e estabelecem maneiras distintas de se exercer a influência sobre

os seus próprios membros e sobre os membros de outros grupos. Seguindo os ditos Bajoit (2006), que entende a influência como

a capacidade de qualquer categoria social, por intermédio do estado (para os pobres, por exemplos) ou de grupos de pressão (para sindicatos, por exemplo) de obrigar o resto da comunidade de ser solidária com seus interesses, através de um processo de negociação sem recorrer a força armada (BAJOIT, 2006, p. 60);

entendemos que a influência nas sociedades modernas tardias tem como grande representante a mídia, que operacionaliza os interesses de grupos e os disponibiliza à sociedade em formas simbólicas que manipula, na maioria das vezes, de forma consciente e com propósitos claros para aqueles que gerenciam a construção simbólica, ou seja, os grupos controladores (da própria mídia).

Assim, entendemos porque compreendemos o uso midiático como uma manifestação do que Thompson (2009, p. 24) chama de poder simbólico, ou seja, a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas [por meio do discurso]”.

Em nosso caso, temos a notícia como a tradução de um evento social, de um fato ocorrido que é recolocado no seio da sociedade por meio do discurso midiático. Porém precisamos entender que, além da sua complexidade, os eventos não são previsíveis em nenhum aspecto, pois eles são “ocasiões e acontecimentos imediatos individuais da vida social” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 22), isto é, eventos são as situações diversas que ocorrem nas práticas sociais e, cada um, tem suas especificidades/particularidades, por que variam de acordo com a situação.

O efeito de mecanismos individuais em eventos é sempre mediado por outros, não existem formas simples de a ciência estabelecer a natureza dos mecanismos individuais por meio da análise de eventos. É por isso que “o experimento é uma parte essencial da ciência, [e] experimentos são formas de intervir em eventos para isolar os efeitos de mecanismos individuais” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 20 - TN).

Os mecanismos individuais a que se referem Chouliaraki e Fairclough podem ser entendidos, no discurso midiático, como as escolhas lexicais e estruturais feitas para se reproduzir o fato social ao qual a notícia se refere. No nosso caso, temos três veículos midiáticos distintos va-

lendo-se de seu poder de escolha para tratar a invasão da Cracolândia em São Paulo. Passemos, então, à análise contrastiva de cada um deles.

Um dos excertos que nos chamam a atenção é a citação direta utilizada pela revista Exame, de um discurso feito pela representante do município, que aqui reproduzimos, com grifos nossos:

*Falou-se em dor e sofrimento para convencer o usuário de crack a procurar ajuda, mas não é o que queremos. Dor e sofrimento é o que eles tinham antes, nas ruas, morrendo por causa da droga. Nossa intenção agora é eliminar a zona de conforto*”, afirma Rosângela Elias, coordenadora da área de saúde mental, álcool e drogas da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Mesmo com a indeterminação do agente utilizando-se a partícula se, sabemos que a fala da coordenadora do município é uma resposta clara à reportagem da revista Carta Capital, cujo título já elencamos anteriormente. Aqui, termos como a negativa “não é o que queremos” e a comparação e definição da dor e sofrimento como o passado dos usuários de crack é uma estratégia discursiva de distanciamento do problema, analisando-o tecnicamente, e descrevendo a Cracolândia, como “zona de conforto”. Acrescente-se a definição de “zona de conforto” é algo abstrato, que pode receber várias interpretações.

Em total consonância com o título escolhido, a revista se posiciona contra a ação da polícia paulista, construindo a ação governamental como um desrespeito ao cidadão. Não se questiona, evidentemente, a infração cometida tanto pelos usuários quanto pelos traficantes que movimenta(va)m a região, posto que a venda de drogas é, sabidamente, infração penal, mas a posição do autor da reportagem e, por conseguinte, a sua atitude linguística voltada para a construção de uma vítima marcada pelas escolhas e pela estrutura que apresentam os dados da realidade. Já de início, trazem também à tona um aspecto financeiro, o que faz de maneira a questionar a ação governamental. Começam com a construção da região como algo imobiliário, pois “Os *dependentes*, como se sabe, *ocupam* uma *area-alvo* de *reurbanização* e objeto de *especulação imobiliária*, com *incentivos fiscais* aos interessados em investimentos”.

Os usuários de droga são *dependentes*, o que discursivamente ameniza a sua posição de agressor/transgressor da sociedade e o transforma em vítima do sistema. O local que utilizavam, a Cracolândia, então, passa a ser o tópico do período e, veja como ele é descrito: *alvo de reurbanização*, que sofre *especulação imobiliária* e recebe *incentivos fiscais*. Como sabemos que “as estratégias de engajamento devem ser vistas como recursos para negociar os sentidos construídos no texto.” (VIAN JR,

2010, p. 41), podemos entender o sarcasmo com que a ideia da reurbanização toma nesse contexto, já que a especulação imobiliária é uma maneira de se transformar a região em um mercado imobiliário e, nas entrelinhas, a existência da Cracolândia naquela região deixa de ser um problema social e passa a ser um problema financeiro, posto que os imóveis são desvalorizados em razão da existência dos usuários no local.

Não obstante, a revista volta a dar alfinetadas no governo ao dizer que a região recebe incentivos fiscais. No frígido dos ovos, a posição da revista é a de criticar a ação e levar como subentendido ao leitor a ideia de que a ação é uma estratégia que visa a beneficiar financeiramente determinados grupos, e não a melhorar a qualidade de vida dos usuários – ou mesmo daqueles que já residem na região.

Corroborando essa análise outro trecho da entrevista da secretária, transcrito pela revista: “No segundo dia de ação policial, houve um pico de procura e 23 adolescentes foram voluntariamente ao CAPS Infantil. Adolescente é o grupo mais complicado de trabalhar. Não esperávamos que um grupo tão grande viesse até nós”.

Cientes de que

todo enunciado revela sempre ao menos duas posições discursivas – uma posição discursiva centrada em dizeres aos quais o locutor se alinha e outra caracterizada por dizeres ou vozes sociais em relação de tensão com a primeira posição discursiva (VIAN JR., 2010, p. 41),

focemo-nos no último período para mostrar como a estratégia e mostrar uma secretaria despreparada, que não sabe planejar já que não esperava um grupo tão grande de atendimentos. O pressuposto de uma ação como a descrita é que houvesse total controle dos acontecimentos posteriores e que as consequências dessa ação fossem planejadas antecipadamente, com vistas a uma melhora na situação dos usuários, com vistas a uma melhora e mudança social. Porém como a ideia não é trazer um benefício social para a população, mas uma maneira de se buscar novos investimentos, apenas as questões relativas aos benefícios financeiros foram pensados.

Observe-se que a nossa análise não se pauta em relações extratextuais apenas, mas em indícios textuais que nos levam a entender a posição da revista – e a tentativa de fazer com que seus leitores vejam sob o mesmo prisma – se dá por um recurso linguístico bastante comum: o uso do discurso direto. Nesse caso, a própria secretária se diz incompetente, pois não “esperava” que tanta procura houvesse no CAPS.



Reforça a perspectiva de mercantilização de uma notícia que deveria ter caráter mais voltado para o social a continuação do assunto pela mesma revista em números posteriores, como a do dia 08/02/2012, que recebeu o seguinte tratamento, com grifos nossos:

Inúmeras metrópoles do Brasil e do mundo têm testemunhado a *degradação* de seus centros – pelas mais diferentes razões. Esse processo costuma ser lento, mas *implacável*: resulta no *esvaziamento* da região central e na *drástica perda do valor imobiliário*. A boa notícia é que dá para reverter a situação, e os *dividendos* para as cidades podem ser muitos.

Poder-se-ia alegar que, como a revista Exame tem um caráter especialmente voltado para a economia, essa abordagem da notícia estaria calcada na efetiva necessidade de satisfazer um público alvo predeterminado. Porém, vejamos como a revista Carta Capital se comporta em relação à mesma notícia nos excertos abaixo que recebem grifos nossos para a discussão:

Os *dependentes*, como se sabe, ocupam uma *área-alvo de reurbanização* e objeto de *especulação imobiliária, com incentivos fiscais* aos interessados em *investimentos*. A Polícia Militar, já nas ruas, terá a tarefa de evitar a oferta do crack ao *dependente* e, caso escape o controle, não permitirá o uso na Cracolândia.

Os termos são praticamente os mesmos e o viés da notícia se fixa na consolidação da ideia de uma evacuação da área por razões muito mais financeiras do que sociais. Acreditamos ser desnecessário incorrer-mos por explicações óbvias a respeito da escolha lexical, posto que já discutido anteriormente. Na Carta Capital também encontramos o descrédito do governo como um todo, aqui representada pelas “autoridades sanitárias, que ainda não possuem um posto de atendimento na Cracolândia” e busca “pela tortura” que os dependentes busquem ajuda – que, diga-se não poderão oferecer. Verbalmente a revista diz que

É a segunda vez que São Paulo *ferre elementares princípios de direitos humanos*. Na primeira, usuários foram conduzidos à força para desintoxicação. Agora, usa-se a *tortura indireta*. ... Em resumo, a prefeitura começou com a *internação compulsória* e migrou para a *tortura disfarçada*.

Percebemos que apenas após apresentar a seus leitores os aspectos econômicos da ação, a revista passa a deter-se na notícia, na descrição dos fatos, o que faz ao relatar que os usuários deverão enfrentar a “abstinência, produtora de sofrimentos e de perturbações mentais”, mas, imediatamente, se volta para apresentar uma crítica ao governo e a elencar a sua ação desastrosa. Como efeito de sentido, após apresentar razões claramente elitistas e pautadas em razões exclusivamente econômicas, é la-

tente a manipulação do discurso da notícia para fortalecer uma crítica ao governo e às suas ações, o que também é visto na forma com que a revista *Época* trata o tema. Vejamos:

... Depois de quase 20 anos de *descaso e abandono*, há cerca de duas semanas foi feita uma *megaoperação* para retirar os *traficantes e usuários* da Cracolândia. ... No início foi dito que tinha sido uma ação conjunta do governo estadual com o municipal, algo ótimo e desejável. Nos dias seguintes, porém, surgiram notícias de que *o movimento não tinha sido tão bem articulado*.

A ideia da realização de uma “megaoperação” para reparar o “descaso” e “abandono” da Cracolândia no início do parágrafo é completamente contradito no seu final, porque “o movimento não tinha sido tão bem articulado”. Note-se que, a partir da estrutura do texto o leito é conduzido a uma interpretação de que o governo é incompetente, fato que vimos igualmente descrito nos textos anteriores e vem ratificado com o que temos no final do excerto que analisamos, onde lemos que “continuou a haver venda de droga a céu aberto” e, não obstante, “a apreensão de crack pela polícia desde o início da operação foi irrisória”. Tudo isso aconteceu porque “faltou planejamento e maior integração das ações”, ou seja, o governo não tem capacidade de gerir a ação que propôs.

A notícia se volta para o usuário e, note-se que a revista expõe seu descaso com ele ao dizer que esses “dependentes zumbis de crack” são conhecidos como “noias”. Aqui vale que nos lembremos de que a explicação a respeito do termo “noias” é adjetivada por “zumbis” que, como sabemos, não têm vida, além de serem predadores dos seres humanos e responsáveis pela destruição da organização social no universo da ficção, portanto, não merecem respeito ou consideração da sociedade, ou melhor, são uma praga que deve ser extinta.

Percebemos que em todas as três notícias há uma similaridade no tratamento do assunto: a crítica à capacidade governamental de realizar a contento seu intento. Nas duas primeiras, o aspecto financeiro é mais enfatizado, pois ambas dão ênfase à importância da evacuação da área por razões meramente econômicas. Porém, as três voltam-se para a incapacidade gestora do governo de São Paulo para criar uma sensação de descuido com a população em geral, e não apenas daquele setor, daquela região, a Cracolândia. Este tratamento da notícia em que o assunto principal da notícia parecer secundário nos textos quando se realiza uma análise mais acurada do que se diz parece-nos ser um hábito, uma manifestação de vários grupos de divulgação da notícia e se torna um conjunto de hábitos do próprio gênero notícia.

Como sabemos, conjuntos de hábitos, de acordo com o espaço histórico, desenvolvidos pelas pessoas no cotidiano, no aspecto político, econômico e cultural, podem ser considerados/entendidos como práticas e, embora as práticas apresentem três aspectos característicos principais, elas variam essencialmente

em sua natureza e complexidade. As sociedades modernas desenvolveram práticas que são altamente complexas em suas formas e relações sociais de produção, nas redes de práticas nas quais se inserem, e que recorrem a teorias especializadas (elas próprias o resultado de formas particulares de prática) em sua reflexividade (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 22 – TN).

Ainda não temos uma clara e contundente maneira de descrever como essas articulações discursivas afetam efetivamente os movimentos sociais e promovem as mudanças pelas quais passam as sociedades, mas já podemos dizer, diante do que temos em nossas pesquisas ainda embrionárias, que essa maneira articulatória do discurso se estabelece para formar a estrutura da sociedade como a conhecemos e que é essa estrutura que se forma discursivamente que corresponde aos diversos níveis e dimensões da vida de forma distinta e geram vários efeitos de sentido (e ações) em eventos, apoiada em mecanismos particulares que corroboram as ações dos agentes sociais.

Desta maneira, consideramos a vida social como um sistema aberto, determinada por diversas estruturas e, uma vez que essas “estruturas são as condições de longo prazo necessárias para a vida social, que são também, de fato, transformadas por ela, porém lentamente” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 22 – TN), entendemos aqui, essa articulação textual que vemos na notícia, uma forma de reestruturar a sociedade.

Na nossa perspectiva, a estrutura (campo ideológico que delimita as ações dos seus sujeitos) e a prática social (as nossas ações, o que media a estrutura e o evento social) são constituídos por ações discursivas e, uma vez que a mídia se estabeleceu na sociedade moderna como o grande veículo divulgador de efetivamente tudo o que acontece, vemos o discurso da notícia como uma extensão da estruturação da sociedade segundo aspectos econômicos e da manipulação/influência dos sujeitos sociais e de suas ideologias.

Evidentemente, sabemos que, mesmo que os sujeitos sejam condicionados às práticas sociais, podem agir para transformá-las, mesmo sendo limitados pelas posições que ocupam dentro de determinada prática. Apesar de sofrer a manipulação/influência, esse sujeito é consciente

das manipulações, influências e dominações que eventualmente sofre e causa. Dessa forma ele pode se posicionar de forma que seus interesses também sejam alcançados, ou seja, ele se aproveita da situação já que não pode fugir dela. Desta maneira,

o poder no sentido de dominação também figura no nível da prática particular, em que os sujeitos são posicionados em relação aos outros de tal forma que alguns são capazes de incorporar a ação dos outros em suas próprias ações e, assim, diminuir a capacidade autônoma de atuação do último (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 24).

Em suma, a estrutura social é o espaço delimitado ideologicamente no qual ocorrem eventos sociais que são os elementos possíveis de ocorrerem em cada espaço e as práticas são as ações que determinam à qual estrutura pertence tanto os sujeitos sociais quanto a identidade que esse sujeito representa. A notícia em revista, ao menos até o momento em que nos encontramos em nossas pesquisas, é representado por um discurso que se propõe a apresentar apenas as repercussões da globalização (e do globalismo) econômica na produção de sentidos que traz para a notícia a opinião particular de sujeitos sociais dominantes e relegam ao ostracismo aquilo que deveria ser o cerne da notícia a ser dada. Aqui, os usuários de *crack* – vítimas ou mote da ação do governo – são esquecidos para que a incompetência governamental seja explicitada juntamente com o real motivo da ação: a especulação imobiliária.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAJOIT, Guy. *Tudo muda*: proposta teórica e análise da mudança socio-cultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Unijuí, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Traduzido por Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Language and globalization*. New York: Routledge, 2006.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. Longon: Palgrave, 2005.

NAVARRO DÍAZ, Luis Ricardo. *Entre esferas públicas y ciudadanía, las teorías de Arendt, habermas y Mouffe aplicadas a la comunicación para el cambio social*. Barranquilla: UNINORTE, 2010.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Abordagem sociológica e comunicacional do discurso: uma proposta para análise crítica do discurso*. 2012 – cedido pela autora.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

VIAN JR, Orlando; SANTOS, Boaventura de Souza; Almeida, Fabíola A. S. D. P. *A linguagem da avaliação em língua portuguesa. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade*. São Carlos: Pedro & João, 2011.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

## ANEXO I

Exceto 1: *Carta Capital*, nº 679, 11 de janeiro de 2012, p. 19.

### **À base de “dor e sofrimento”**

CRACOLÂNDIA: são Paulo enfrenta o vício sem respeitar direitos humanos elementares.

Na capital paulista... Os dependentes, como se sabe, ocupam uma área-alvo de reurbanização e objeto de especulação imobiliária, com incentivos fiscais aos interessados em investimentos. A Polícia Militar, já nas ruas, terá a tarefa de evitar a oferta do crack ao dependente e, caso escape o controle, não permitirá o uso na Cracolândia.

Usuários sem acesso à droga enfrentarão na fase conhecida no campo médico por abstinência, produtora de sofrimentos e de perturbações mentais. Aí buscarão, na visão distorcida dos governos municipal e estadual, a rede de saúde para tratamento. Em outras palavras, busca-se, pela tortura, um eventual corrida do dependente às autoridades sanitárias, que ainda não possuem um posto de atendimento na Cracolândia.

É a segunda vez que são Paulo fere elementares princípios de direitos humanos. Na primeira, usuários foram conduzidos à força para desintoxicação. Agora, usa-se a tortura indireta... Em resumo, a prefeitura começou com a internação compulsória e migrou para a tortura disfarçada.

Exceto 2: *Época*, nº 713, 16 de janeiro de 2012, p. 14-15.

### **Aonde quer chegar a ação na Cracolândia?**

... Depois de quase 20 anos de descaso e abandono, há cerca de duas semanas foi feita uma megaoperação para retirar os traficantes e usuários da Cracolândia. Não foi uma operação meramente policial. Apareceram por lá técnicos da saúde, da assistência social, que já têm atuado na região, como também funcionários da limpeza urbana. No início foi dito que tinha sido uma ação conjunta do governo estadual com o municipal, algo ótimo e desejável. Nos dias seguintes, porém, surgiram notícias de que o movimento não tinha sido tão bem articulado.

O passar do tempo revelou que faltou planejamento e maior integração das ações. Melhor exemplo disso: a prefeitura só inaugurará um centro na região para atendimento dos usuários em dois meses. Os “noias”, como são chamados os dependentes zumbis de crack, começaram a perambular pelo entorno. Continuou a haver venda de droga a céu aberto – a apreensão de crack pela polícia desde o início da operação foi irrisória. As frases usadas para justificar a enorme mobilização do Poder Público começaram a se contradizer...

Excerto 3: *Exame*, 13 de janeiro de 2012, versão eletrônica

### **Estratégia na Cracolândia é vencer pelo cansaço**

Número de pessoas buscando tratamento subiu, mas muito ainda terá de ser feito para que a região continue limpa e segura e para que os usuários tenham tratamento adequado.

... A estratégia dos agentes públicos agora, ao que parece, é tentar vencer o problema pelo "cansaço". A Polícia Militar deve manter um efetivo de 120 homens na região ao longo dos próximos seis meses para evitar que novos pontos de concentração se formem, trabalhando em conjunto com os órgãos de saúde e assistência social.

"Falou-se em dor e sofrimento para convencer o usuário de crack a procurar ajuda, mas não é o que queremos. Dor e sofrimento é o que eles tinham antes, nas ruas, morrendo por causa da droga. Nossa intenção agora é eliminar a zona de conforto", afirma Rosângela Elias, coordenadora da área de saúde mental, álcool e drogas da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Segundo a Secretária, nos últimos dois anos e meio, eram feitas, em média, 90 internações por mês na região. Agora, em uma semana e meia de atuação dos policiais, 47 pessoas foram internadas. E a tendência é que os números continuem aumentando. "No segundo dia de ação policial, houve um pico de procura e 23 adolescentes foram voluntariamente ao CAPS Infantil. Adolescente é o grupo mais complicado de trabalhar. Não esperávamos que um grupo tão grande viesse até nós", diz.

Na revista *Exame*, de 08/02/12, o assunto foi tratado como uma notícia financeira, simplesmente, sob a título de "Outro Ângulo", a manchete chama a atenção para o item "cidades" e com a matéria "Vida nova nos centros", relata:

Nas primeiras semanas de janeiro, a operação da retirada de usuários de drogas da chamada Cracolândia, no centro de São Paulo, expõe o flagelo humano dos viciados e a deterioração de uma das mais tradicionais regiões da capital paulista. Inúmeras metrópoles do Brasil e do mundo têm testemunhado a degradação de seus centros – pelas mais diferentes razões. Esse processo costuma ser lento, mas implacável: resulta no esvaziamento da região central e na drástica perda do valor imobiliário. A boa notícia é que dá para reverter a situação, e os dividendos para as cidades podem ser muitos.